

3.

EXIBIÇÃO/OCULTAÇÃO

Entrevista: Paula Castro

Professora Catedrática em Psicologia Social e Ambiental (ISCTE-IUL)

Gostaria de começar por dizer que aceitei com muita alegria o convite para esta entrevista e para o interessante desafio de nela reflectir em torno do binómio “exibição/ocultação”, que se ajusta muito bem à minha própria forma de teorizar e investigar na área do que podemos chamar uma *psicologia socio-político-ambiental*¹. Irei, assim, organizar todas as respostas às questões que me foram colocadas em torno deste binómio. Para cada uma delas, irei declinar um conjunto de oposições que considero relevantes dentro dos tópicos ou das interrogações que a pergunta levanta. Claro que este binómio, como todos, pode ser declinado de, pelo menos, duas formas. Uma forma de oposição, pura e simples, em que a exibição de algo oculta de forma muito marcada qualquer outra opção. É uma relação de figura/fundo, em que o que se exhibe está em primeiro plano, mas não apaga ou oculta forçosamente o fundo e a alternância entre ambos os planos é relativamente fácil.

1.

Perante os dados mais recentes da ciência, teremos tempo suficiente para alterar uma opinião pública resistente à mudança, no sentido de se fazerem cumprir as metas do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050) — “redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) entre 45% e 55% até 2030, entre 65% e 75% até 2040 e entre 85% e 90% até 2050”?

Esta pergunta organiza-se articulando — tornando visível, exibindo em primeiro plano — uma oposição entre a ciência (cujos dados diriam que é preciso mudar) e a opinião pública (que seria resistente a mudar e nomeadamente a mudar no sentido para o qual os dados da ciência apontariam). Na pergunta, está implícito que a mudança proposta pelas metas do Roteiro para a Neutralidade Carbónica — elaborado no mesmo sentido dos dados da ciência —, seria um transvase directo: dos dados da ciência para roteiro de passos, regras e acções. O que *oculta* ou deixa em segundo plano esta oposição assim formulada?

Em primeiro lugar, ela deixa em segundo plano que passos, regras e acções não se podem deduzir directamente — sem mediação — dos

¹ Ver por exemplo Castro, P. (2019). “In defence of social psychology attending to the institutional dimension: Potentialities for extending comprehension of the ecological and political”. *Portuguese Journal of Social Science*, 18, 137-152.

dados da ciência. Ou seja, esconde que os dados científicos não falam sozinhos e há sempre várias camadas de mediação entre eles e as decisões. Por outras palavras, para se tornarem Roteiros, os dados da ciência têm que ser interpretados, pois são lidos com base em filtros culturais: visões de mundo, valores, formas de pensar, imaginar e desejar o futuro. E só depois de interpretados são utilizados para tomar decisões políticas. As decisões sobre Roteiros e sobre os passos, regras, acções e respectivas metas, são decisões políticas, ou seja, decisões baseadas em escolhas de valores que definem certos objectivos como prioritários e outros como menos importantes. São escolhas que, dentro da variedade e heterogeneidade de valores e objectivos sociais que numa sociedade são partilhados — e expressos naquilo a que frequentemente se chama «opinião pública» — privilegiam alguns deles e obscurecem outros.

Dizendo de outra forma: a política, enquanto forma de organizar, canalizar e colocar certos limites (e não outros) à acção humana, está situada no domínio da escolha, no domínio dos acordos partilhados, do que decidimos colectivamente que iríamos fazer da forma A, embora pudéssemos também ter decidido fazer da forma B. Já a ciência — neste caso a ciência meteorológica, ecológica e biológica, que nos informa sobre os graus Celsius da Terra, os aumentos e as modificações de temperaturas que a vida humana ou não-humana pode suportar —, procura informar-nos sobre aquilo que não podemos escolher, mapear o domínio da necessidade. Ou seja, busca informar-nos sobre limites naturais à acção, limites que não resultam de escolhas, limites que não somos capazes de ultrapassar apenas porque o desejamos. Assim, as políticas públicas — como os Roteiros para a Neutralidade Carbónica — são do domínio da escolha e não do domínio da necessidade.

Por isso, Mike Hulme² aponta que "Science may be solving the mysteries of climate, but it is not helping us discover the meaning of climate change". É uma afirmação que nos recorda que o significado da mudança climática é algo que depende de filtros culturais para a sua interpretação — e para as decisões a tomar. E, neste sentido, nos recorda igualmente que, embora a mudança climática seja um enorme desafio, o debate sobre a mudança climática, onde tomam forma as interpretações sobre ela e se vai decidindo quais são as interpretações dominantes e quais as que ficam na sombra, é um desafio tão grande como a mudança climática em si: ou talvez maior.

Este argumento leva-nos a uma outra dicotomia de exibição/ocultação. Se ocultamos esta diferença entre necessidade (o reino da ciência) e escolha (o reino da política), vamos estar a esconder outra coisa

² Hulme, M. (2009). *Why We Disagree About Climate Change: Understanding Controversy, Inaction and Opportunity*, Cambridge University Press.

importante: que mesmo quando uma escolha é boa, i.e., baseada em valores que reúnem consenso social quanto à sua importância colectiva e são defensíveis como legítimos com argumentos racionais, ela nunca é indiscutível. Concretizando, voltando ao Roteiro: poderíamos ter chegado a outras metas, acções e formas de fazer com o mesmo objectivo em vista (simplicemente: poupar o aumento de temperatura na Terra), baseando as opções feitas noutros valores que reúnem igualmente consenso social quanto à sua importância e são defensíveis com argumentos racionais. Há muito tempo que sabemos isto e que sabemos quão complicado é saber isto: que as decisões humanas nunca são indiscutíveis, nunca são feitas sem que existam valores alternativos, também eles partilhados e válidos, a considerar. O discurso em que Heamon, na *Antígona* de Sófocles, do ano 441 a.C., procura convencer o pai, Creonte, a repensar, a reconsiderar a sua decisão quanto à sentença de morte que decretou para Antígona, diz quase tudo o que há para dizer a este propósito:

HEAMON: Father: [...] I cannot say—
I hope that I shall never want to say!—that you
Have reasoned badly. Yet there are other men
Who can reason, too; and their opinions might be helpful.
You are not in a position to know everything
That people say or do, or what they feel:
Your temper terrifies them—everyone
Will tell you only what you like to hear

Neste pequeno excerto, Heamon formula claramente que, para além do soberano — aquele que decidiu —, outros há na cidade que sabem também raciocinar e, logo, poderiam vir a ajudar nas decisões. Mas essa ajuda só sairá da sombra — só será desocultada — se for activamente procurada. Ou seja, se na opinião pública forem procurados outros raciocínios, outros saberes, outros sentimentos, outras acções, para além daqueles que ganharam primeiro plano nas preferências de quem governa³.

Aqui, voltamos a cruzar-nos com um conceito para a análise do qual o binómio ocultação/exibição também pode ser muito produtivo: o de opinião pública. O que oculta esta noção aplicada à questão climática, o que deixamos de ver quando trazemos para primeiro plano a ideia de uma opinião pública resistente à mudança (climática)? Na noção de opinião pública, estamos a dar pouca visibilidade ao facto de ela ser não uma, mas múltipla — passando por cima dos muitos grupos que nela existem. Muitos deles grupos de «opinião», sim, se opinião for aqui uma forma resumida de sinalizar a existência de diferentes filtros culturais, escolhas de valores, visões de mundo, imaginações de futuro. É uma

³ Ver, para uma análise mais detalhada Castro, 2019 (idem)

forma de assinalar que na «opinião pública» se revelam também diferentes saberes, profissões, desigualdades sociais. Será que estes grupos — e os filtros de interpretação que usam para ler o mundo — estão a resistir ao conhecimento e aos dados da ciência, ou estarão antes a discutir e, em alguns casos, a contestar as *decisões* (inevitavelmente) *políticas* tomadas com base em certas interpretações dos dados da ciência?

Em suma, e voltando à questão de como fazer a mudança social, o centro desta primeira pergunta: nos dias de hoje, aquilo que Heamon advoga — que os governantes ouçam a cidade, desocultando as vozes que, embora tendo menos visibilidade, sabem, também elas, raciocinar bem sobre as necessidades e sobre as formas da mudança —, traduz-se na busca por promover activamente uma participação mais ampla dos variados públicos que serão afectados pela mudança. Traduz-se em não ocultar a diversidade dessas vozes, aquando do desenho de políticas, como o Roteiro para a Neutralidade Carbónica e aquando da sua implementação também.

2.

“Eficiência energética”, “energias renováveis”, “alterações climáticas”, “aquecimento global”, “neutralidade carbónica”, “transição energética”, “energia limpa” são expressões a que a lei constantemente recorre. Por detrás destas expressões estão conceitos cuja combinação determina, sob a forma de narrativas de justificação das próprias leis, exigências certamente radicais para o futuro da arquitectura, do urbanismo e do ordenamento do território. Quem legisla estará consciente das consequências sócio-económicas e políticas da assunção literal destas narrativas?

Nesta questão sobre leis e as suas narrativas de justificação, retomemos o raciocínio onde ele ficou na questão anterior, perguntando-nos sobre a construção e implementação de políticas e leis. Para isto, usemos um outro binómio: o da legalidade/legitimidade. As leis definem/determinam o que é legal: o que é que determina o que é legítimo? Como se assegura a legitimidade na construção e implementação das leis? Isso pode ser assegurado apenas por quem legisla, ou a legitimidade — se não a legalidade — precisam dos legislados, dos cidadãos, para a legitimidade existir? E será possível garantir a legitimidade das leis, algo que é do domínio da escolha e da decisão política, defendendo-as apenas com argumentos de necessidade, argumentos que dizem que precisamos de seguir as imutáveis «leis da natureza e das coisas»? Ou, retomando aqui o binómio exibição/ocultação, a legitimidade e a capacidade de chegar a leis e decisões que não *invisibilizem* a complexidade dos problemas que enfrentamos, precisam, ao invés, de

argumentos que defendam valores? Argumentos que reconheçam que é preciso deliberar pesando-os, pois, muitas escolhas frequentemente envolvem privilegiar uma de duas opções válidas e não entre uma opção válida e outra inválida? Ou decidir com incerteza? Uma psicologia socio-política-ambiental aponta para a importância de ir sempre considerando em figura-fundo a legalidade/legitimidade das decisões, de não esconder que quer legalidade, quer legitimidade, dependem de escolhas e das narrativas de justificação das leis serem repensadas com base nisso.

Detenhamo-nos agora um pouco mais nas narrativas de justificação das leis. Estas, tal como todas as narrativas, podem ter vários tipos de narradores: por exemplo, o narrador onisciente, integralmente conhecedor do presente, do passado e do futuro; ou o narrador observador, que, não tendo acesso a tudo o que se passa, passou ou passará, sabe que narra apenas o que vê e que o que vê não é tudo. Historicamente as narrativas da ciência tendem a ter um narrador onisciente. Isso obviamente oculta a incerteza, que é também parte integrante da ciência, que não sabe tudo com o mesmo grau de confiança. Existem conhecimentos com elevado grau de confiança e conhecimentos com elevado grau de incerteza. Logo, é possível fazer narrativas da ciência mais variadas, com narradores diferentes, narradores que não sejam todos oniscientes. Um exemplo: actualmente, no seu sítio internet, a OMS inclui os níveis de incerteza do conhecimento em que baseia algumas das suas decisões sobre a pandemia de Covid-19. Em suma: se, ao lidar com os nossos complexos problemas ambientais, as leis e as políticas públicas não ocultarem a existência de incertezas e a existência de escolhas, deixando de elaborar sobre elas narrativas sempre com narrador onisciente, isto poderá ser uma forma de as manter mais próximas do entendimento de todos os cidadãos.

3.

Como se poderá garantir, em cada momento histórico, que o perfil do cidadão respeita uma economia dos recursos verdadeiramente sustentável, já que, se todos os habitantes do mundo tivessem as exigências dos europeus, a vida no planeta Terra teria um prazo de aproximadamente menos de um século?

Para a resposta a esta questão vou ser breve. A ideia de que é preciso chamar as pessoas a respeitar uma economia dos recursos verdadeiramente sustentável, tem sido muito mais centrada sobre o papel das pessoas como consumidores do que sobre o seu papel como cidadã/os. Acho que podemos mesmo dizer que, nas últimas décadas, na área ambiental, a noção de consumidor quase ocultou a de cidadão. Se desocultado, o nosso papel como cidadãos pode ser acentuado. Na questão climática, pode dar-se mais destaque ao papel de cidadãos quer

enquanto indivíduos singulares — que votam, por exemplo — quer enquanto membros de colectivos que se podem implicar em acções colectivas relevantes. Aqui, não tenho em mente apenas acções de protesto ou reivindicação de direitos, mas também acções de re-comunitarização, como a partilha a diversas escalas — prédio, rua, bairro — de painéis solares, por exemplo. Em suma, vistos mais como cidadãos, os públicos nacionais e internacionais podem não só ser mais envolvidos — na concepção das leis, como já referido, dando-lhes instrumentos de participação —, como também ter mais espaço para se envolverem mais autonomamente de uma forma criativa. Ademais, e por fim, para além de mudar o foco do consumidor para o cidadão, há que não esquecer — deixar oculto — que há muito a discutir no lado da produção de bens de consumo. E esta discussão também pode ser feita no âmbito da cidadania, não apenas no âmbito do consumo: é possível repensar e mudar a produção para alinhar com exigências climáticas, há outras formas de produção.

4.

Para funcionar objectivamente, como é que a Psicologia Ambiental poderá ajudar a contornar as limitações dos quadros conceptuais de cada cultura em conceitos tão determinantes como o de “conforto” e, muito recentemente, o conceito jurídico de “ecocídio”?

Todas as culturas têm quadros conceptuais para dar sentido ao que existe ou está a ocorrer. O que existe ou está a acontecer, factos, ou informação, nada disso «existe» realmente para nós, a não ser que o tornemos nosso: o interpretemos, «peguemos» nisso com a ajuda de instrumentos de interpretação que foram desenvolvidos de forma partilhada nas culturas, nas sociedades, nos grupos, nas comunidades. Esses recursos interpretativos definem que limites são desejáveis e indesejáveis para a acção humana, que acções devem continuar e quais as que têm que ser paradas, que objectivos de presente e de futuro devemos ter: por exemplo, que importância relativa deve ser concedida à propriedade privada face à protecção da vida e se — relevante para a noção de ecocídio — a natureza tem valor intrínseco, em si, ou apenas valor relativo à humanidade, ou ainda o que pode e deve ser esperado das mulheres, dos homens, das crianças, do/as imigrantes, do/as Directores Executivos, do/as político/as, enfermeiro/as ou artistas. Tudo isto varia por cultura, por sociedade, por grupo, por comunidade. É na cultura que encontramos os recursos para mudar, mas é também nela que encontramos os recursos para recusar a mudança. Uma ilustração desta ideia pode ser encontrada na forma como no século XV os Norse (povos nórdicos) da Gronelândia — que durante 450 anos ali mantiveram uma presença cuja cultura possuía valores, identidades e representações muito ligadas às da Noruega e Europa — morreram

literalmente de fome, como relata Jarred Diamond⁴. Para isso contribuíram vários factores. Entre eles, o facto de a sua cultura não lhes ter permitido aprender a pescar as grandes espécies daquelas águas — para o que teriam de ter entrado em (boa) relação com os Inuit, para aprender com eles — e o de essa mesma cultura, de um modo hoje difícil de reconstituir, não incluir o consumo de peixe, muito embora vivessem perto de um mar de abundância.

Estes instrumentos culturais para interpretar o mundo e nos guiarem nele — valores, representações sociais, identidades —, lembram-nos que nenhum de nós está sozinho perante uma dada realidade, percepcionando-a numa relação solipsista e dual e aí terminando o facto de interesse para a psicologia. Pelo contrário, os factos de interesse para a psicologia são os de um sujeito em relação com os outros e dentro de uma cultura onde os instrumentos de dar sentido ao mundo são desenvolvidos, mantidos e, sim, também transformados, de forma partilhada.

Estes instrumentos não são monolíticos, são múltiplos, contêm tensões, abrem dilemas, obrigam a fazer escolhas entre opções que são frequentemente ambas válidas. No entanto, há sempre opções que num tempo e lugar são as dominantes ou hegemónicas. Estas definem o que se passa a ver como «natural» e inevitável (para os Norse, ignorar os vizinhos Inuit, de saberes e identidades «inferiores» aos europeus). Isto significa que há sempre opções com mais capacidade que outras para definir o que é culturalmente *visível* e que por isso *ocultam* — mais ou menos parcialmente — outras opções (aprender com os Inuit). É também neste sentido que podemos dizer que, para os Norse da Gronelândia, os peixes eram *invisíveis*: os filtros culturais com que viviam, produziam uma cegueira cultural multifacetada que os impedia de ver os peixes como recurso alimentar. Esta ideia pode ser aplicada à noção de ecocídio, formulada na pergunta acima: precisamos de subscrever o *filtro cultural* — a representação — de que a natureza *vale por si*, tem valor intrínseco, para podermos subscrever/ver a noção de ecocídio.

Por isso, uma psicologia socio-político-ambiental⁵, sugere que, para que não haja invisibilidades ou ocultações absolutas, é sempre preciso continuar a abrir espaço para que o que está a ser invisibilizado possa ser tornado visível e para que as formas de vida — sempre culturais — não sejam naturalizadas. Por exemplo, a nossa forma de vida actual, vê neste momento a natureza predominantemente como algo que tem valor sobretudo relativo ao humano — é isso que subjaz à noção de «ecosystem services» (sendo aqui os serviços para as pessoas) sobre a qual muitas políticas ambientais europeias foram organizadas. Ora, esta «visão» não resulta de uma necessidade, não ocorre por ser assim que

⁴ Diamond, Jared (2005). *Collapse: How Societies Choose to Fail or Succeed*. Penguin Books.

⁵ Castro, 2019 (idem)

as coisas inevitavelmente são. Trata-se de uma escolha e as escolhas podem mudar-se.

5.

Ao ponto de deterioração dos ecossistemas em que estamos, actualmente considerado irreversível, não correspondeu uma consciência ambiental colectiva capaz de encetar um processo de mudança. Quais as condições necessárias para atingirmos essa consciência?

Não é possível responder, claro... Creio que, se alguém pudesse fazê-lo, já teríamos resolvido o problema. O que posso dizer, é que falarmos de “crise” climática ou de “catástrofe” climática, ou principalmente de “emergência” climática, pode ter um efeito importante de alerta para a mudança. Mas pode também facilmente esconder que a questão climática não responde pela mesma lógica do «súbito» que teve/tem, por exemplo, a crise do vírus Sars-CoV-2, que em dois meses estava em toda a Terra e que todos desejamos que desapareça de forma tão súbita como surgiu. Evidenciar a dimensão «emergência» ou «crise» para a questão climática, esconde — oculta — que não é e nem será num breve momento de crise que passaremos de um *antes* a um *depois*. Pelo contrário, na questão climática estamos já num *depois* que é absolutamente contínuo com um *antes*. A questão climática não vai ser/não é algo súbito, mas algo que — a agravar-se —, se agravará lentamente, espalhando-se como um fogo vagaroso a toda a Terra. E, tal como a Covid-19, vai chegar de formas mais virulentas mais cedo àqueles grupos que já estão há muito tempo sob o fogo lento das (crescentes) desigualdades.